

Educação Integral e concepções de violência na visão de monitores do Programa Mais Educação¹

Luciana Machado Noronha²

RESUMO

O presente artigo aborda como temática a Educação Integral e concepções de violência na visão de monitores do Programa Mais Educação, tendo como objetivo principal investigar o que eles entendem por violência e como lidam com ela no âmbito do programa. Trata-se de uma pesquisa básica, explicativa, de natureza qualitativa, desenvolvida através de entrevistas com monitores do Programa Mais Educação. Apresenta-se como problema de pesquisa investigar quais são as percepções dos monitores sobre as situações de violência no dia a dia da educação integral. Os principais autores que embasam o conceito de violência são Faleiros & Faleiros e Abramovay. Nesse contexto teórico analisamos as representações obtidas através de entrevistas, observando que as vivências culturais vividas por cada monitor interferem na leitura que cada um faz frente às situações apresentadas. Depois de analisadas as entrevistas, fica evidente que violência é uma variável que varia de pessoa para pessoa. Isso ocorre porque as vivências de cada uma, somadas à sua cultura, fazem com que a concepção de violência seja diferente para cada sujeito. Muitos veem na violência uma forma distinta de educar um indivíduo. Por isso é essencial acompanhamento e formação dos agentes sociais para atuar no âmbito escolar.

Palavras-chave: Educação Integral. Escola. Agentes Sociais. Violência.

Introduzindo o assunto

Este trabalho aborda a temática violência, investigando o que os educadores/monitores do Programa Mais Educação, de uma escola da região metropolitana da cidade de Porto Alegre, entendem por violência e como lidam com

¹ Artigo resultante do Curso de Especialização em Educação Integral e Integrada na Escola Contemporânea, com financiamento do FNDE, orientado por Tania Beatriz Iwaszko Marques - Doutora em Educação, Professora de Psicologia da Educação e Coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRGS.

² Pedagoga, Orientadora Educacional e Pedagoga Empresarial (Universidade Feevale); Coordenadora do Programa Mais Educação na EMEF Sen. Salgado Filho 2011/2013 e atualmente Orientadora Educacional na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Augusto Borges de Medeiros.

ela no âmbito do programa. Para isso, pesquisamos suas percepções sobre as situações de violência no dia a dia da educação integral.

A ideia de abordar questões relativas à violência surgiu de uma longa trajetória profissional com o início em um estágio no qual atuei com crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual. Elaborei minha monografia na conclusão de curso de graduação com o título *Violência à criança: pensando sobre e para uma ação de intervenção* e descobri que a concepção de violência é uma variável que se modifica a partir do olhar singular de cada sujeito e que, nessa leitura, surgem as experiências vivenciadas e a cultura a qual pertence o indivíduo. Estas singularidades levam para a necessidade de diferentes abordagens pedagógicas com as crianças vitimizadas, portanto conhecer a realidade em que a criança está inserida é uma necessidade para uma intervenção adequada e eficiente.

A partir de angústias que a temática violência provoca e observações diárias na escola, percebi que os corpos na Educação Integral não têm muitos limites e, com frequência, resolvem seus conflitos através de brigas. Em muitas situações, não existe conversa entre os alunos no que se refere a seus conflitos, e eles resolvem através da agressão física e/ou psicológica, utilizando palavras de baixo calão e apelidos pejorativos. Desta forma, investigar os agentes educacionais que atuam diariamente com as crianças e adolescentes torna-se apropriado para descobrir como eles trabalham estas questões com os alunos. Alguns educandos não têm respeito por colegas, monitores e até mesmo pela direção da escola, sendo que cresce diariamente a evasão dos alunos do Programa Mais Educação por sentirem medo de alguns colegas.

O educador social/monitor, nos moldes atuais do Programa Mais Educação na escola, atende os alunos uma ou duas vezes/semana através de oficina e por diversas vezes acaba enfrentando os mesmos problemas em relação ao comportamento e atitudes. É possível que se defronte com um sentimento de impotência frente aos acontecimentos e situações no cotidiano da escola e até mesmo em relação às vivências sociais/familiares dos alunos, que, em muitas situações, veem no monitor uma pessoa com quem podem desabafar e confidenciar suas dores e sentimentos mais profundos. Como avaliar se este agente social/monitor está preparado para lidar com tamanha diversidade e turbilhão de

ações e sentimentos? Esta pesquisa vem para tentar elucidar tal entendimento e tentar alguns desdobramentos que possam abarcar tal fenômeno.

Revisão teórica

A Educação Integral apresenta-se de forma mais abrangente no território nacional através do Programa Mais Educação, proposto pelo Governo Federal como uma estratégia para a promoção da educação integral no Brasil contemporâneo. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, para a diminuição das desigualdades educacionais e para a valorização da diversidade cultural brasileira.

A Educação Integral exige mais do que compromissos: impõe também e principalmente projeto pedagógico, formação de seus agentes, infraestrutura e meios para sua implantação. Ela será o resultado dessas condições de partida e daquilo que foi criado e construído em cada escola, em cada rede de ensino, com a participação dos educadores, dos educandos e das comunidades que podem e devem contribuir para ampliar os tempos e os espaços de formação de nossas crianças, adolescentes e jovens na perspectiva de que o acesso à educação pública seja complementado pelos processos de permanência e aprendizagem (MEC, 2009, p.6).

A Educação Integral deveria atingir todo o ensino público, mas, por tratar-se de um processo novo³, as vagas vão aumentando gradativamente, sendo que a prioridade atual de atendimento são crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Há múltiplos fatores que contribuem para que alguém se envolva em condutas de bullying e de desrespeito. Os alunos não são os problemas; o sentimento da falta de opções (devido aos bloqueios contextuais) é que é o problema (BEAUDOIN e TAYLOR, 2006, p. 45).

Pensando nas ações dos alunos em relação à violência na escola, não há como não remeter às situações de violência que os sujeitos carregam em seus

³ Está sendo resgatada uma Educação Integral que já foi posta em prática em outros períodos ao longo da história do Brasil, por exemplo, os CIEP'S idealizados por Darcy Ribeiro.

corpos. Muitas vezes visualizamos, no espaço escolar, a reprodução do que o aluno vivencia em seu lar e no contexto familiar e social em que está inserido.

O cidadão assimila a exclusão e assume o papel de excluído, destruindo sua própria personalidade em permanente conflito consigo mesmo e com o outro. Quando se percebe como “nada”, ou que não há mais nada a perder, muitas vezes apela para a violência. Esta coloca em confronto o excludente e o excluído e, neste momento, o último passa a ser uma ameaça para a sociedade que o vitimou (GRACIANI *apud* XAVIER, 2002, p.37).

A violência na contemporaneidade é marcada por formas distintas, sendo a primeira a negligência:

[...] é a negação e a falta de compromisso com as responsabilidades familiar, comunitária, social e governamental. É a falta de proteção e de cuidado da criança e do adolescente, a não existência de uma relação amorosa, a falta de reconhecimento e de valorização da criança e adolescente como sujeitos de direitos. É o desrespeito às suas necessidades e a sua etapa particular de desenvolvimento. Crianças e adolescentes negligenciados vivem, pois, situações de abandono, de privação e exposição a riscos. É importante destacar que a negligência é o “primeiro estágio” e também “o fio da meada” das diferentes formas de violência praticadas contra crianças e adolescentes. Quando são protegidos, amados e respeitados eles dificilmente serão expostos a alguma forma de violência (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 34).

Observa-se o aumento de atitudes e condutas violentas no âmbito escolar, sendo que alguns alunos resolvem seus conflitos através da violência física e outras vezes utilizam a agressão verbal e psicológica para violentar de uma maneira mascarada e silenciosa, tornando-se uma violência que desestrutura e desestabiliza o sujeito.

A violência psicológica é uma relação de poder desigual entre adultos dotados de autoridade e crianças e adolescentes dominados. Esse poder é exercido através de atitudes de mando arbitrário (“obedeça porque eu quero”), de agressões verbais, de chantagens, de regras excessivas, de ameaças (inclusive de morte), humilhações, desvalorização, estigmatização, desqualificação, rejeição, isolamento, exigência de comportamentos éticos inadequados ou acima das capacidades e de exploração econômica ou sexual. Essa forma de violência é muito frequente e também a menos identificada como uma violência, em função do alto grau de tolerância da nossa sociedade frente a esse tipo de abuso (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 36).

Em relação à violência física, são as marcas no corpo que evidenciam agressões, sendo que, em algumas situações, elas acontecem em casa ou em brigas na rua e até mesmo conflitos na escola. Diante desta problemática, questiona-se: como terminar com essa cultura?

A violência física contra crianças e adolescentes é uma relação social de poder que se manifesta nas marcas que ficam principalmente no corpo, machucando-o, causando-lhe lesões, ferimentos, fraturas, queimaduras, traumatismos, hemorragias, escoriações, lacerações, arranhões, mordidas, equimoses, convulsões, inchaços, hematomas, mutilações, desnutrição e até morte (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 35).

A escola, como espaço de formação, tem a obrigação e o cuidado de não desestruturar os educandos que ali estão. É necessário formar os agentes sociais que estão inseridos nas atividades do cotidiano escolar para que eles não cometam uma violência muitas vezes silenciosa e não identificada – violência simbólica.

[...] pode-se definir a violência simbólica como o exercício e difusão de uma superioridade fundada em mitos, símbolos, imagens, mídias e construções sociais que discriminam, humilham, excluem. Outra definição é a de que se trata do estabelecimento de regras, crenças e valores que “obrigam o outro a consentir”, pela obediência, dominação ou servidão. A escola, como formadora, tem um papel fundamental na desconstrução da violência simbólica e da cultura da inferiorização de gênero, de raça, de classe social e de geração (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 32).

Na contemporaneidade, é complexa a atuação na escola com as crianças e adolescentes, pois os mesmos carregam em seus corpos diferentes vivências e expectativas. Assim, devemos refletir:

Além das marcas físicas, não podemos deixar de destacar que a violência deixa sequelas emocionais, podendo prejudicar muitas áreas do desenvolvimento da criança: o aprendizado, as relações sociais, enfim o desenvolvimento pleno do indivíduo, exercendo impacto a curto e a longo prazo, com repercussões não só na família, mas se estabelecendo também à escola e toda sociedade (NORONHA, 2011, p.30).

É necessário termos em mente que o educador social na escola está agindo em nome da instituição escolar e, por isso, sua escolha deve seguir alguns critérios, verificar referências, formações, não negligenciando um acompanhamento sistemático do desenvolvimento do seu trabalho. Não falo de vigilância, mas sim de um olhar atento e pedagógico aos caminhos trilhados nas oficinas.

Metodologia da pesquisa

A pesquisa realizada é básica, explicativa, de natureza qualitativa.

A análise qualitativa apresenta certas características particulares. É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não inferências globais.[...] Levanta problemas ao nível da pertinência dos índices retidos, visto que seleciona esses índices sem tratar exaustivamente de todo o conteúdo[...] (BARDIN , 2011, p. 145).

As questões norteadoras deste trabalho são: O que o monitor entende por uma situação de violência? Qual a concepção de violência entendida pelo mesmo? A escola pesquisada é situada na região metropolitana da cidade de Porto Alegre, em um bairro bastante populoso e a clientela atendida no Programa Mais Educação da Escola é, na sua maioria, formada por crianças e adolescentes em situação de risco e vulnerabilidade social.

Para conhecer a concepção de violência dos monitores, realizou-se uma entrevista semiestruturada na qual estão presentes duas situações de violência que repercutiram na mídia em nível nacional. A entrevista foi realizada através de correio eletrônico e nela encontram-se excertos das reportagens para que cada monitor pudesse se posicionar frente à situação. Foi enviada uma mensagem via e-mail, na qual, além das reportagens, havia um termo de consentimento que os entrevistados assinaram concordando que os dados coletados seriam utilizados para uma pesquisa de pós-graduação e estariam colaborando para o artigo de conclusão de curso. No primeiro momento os monitores foram questionados a posicionar-se frente às situações apresentadas e, ao retornarem a mensagem, foi pedido que esclarecessem melhor suas respostas e nesta troca cada um dos entrevistados elabora sua leitura diante a situação e visualiza seus conceitos a partir de seu olhar singular.

- Situação 1

06/12/2012 12h07 - Atualizado em 07/12/2012 10h55

Diretora de escola é indiciada por maus-tratos a crianças, diz delegada. Professoras gravaram agressões em escola da Zona Sul, segundo a polícia, suspeita, que teria confessado após ver imagens, responderá em liberdade.

Kleber Tomaz Do G1 São Paulo

Diretora de 52 anos é indiciada por crime de maus-tratos contra crianças menores de 14 anos. Segundo gravações e relatos: “metodologia da diretora consistia principalmente em castigos e forçava crianças a comerem à força.”. A diretoria, inicialmente, negou o crime, mas confessou o crime após se ver nas imagens. Ela não demonstrou arrependimento”, declarou a delegada.

Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2012/12/diretora-de-escola-e-indiciada-por-maus-tratos-criancas-diz-delegada.html> acesso em 16/01/2013 às 23h33

- Situação 2

ES: Professor de jiu-jítsu agride aluno de 13 anos por causa de funk no celular

Jornal Hoje

Publicado: 21/07/11 - 0h00

Atualizado: 21/07/11 - 0h00

Aluno agredido teve ferimentos no rosto e pescoço - Reprodução TV Globo
SÃO PAULO - Um estudante de 13 anos foi agredido por um professor de jiu-jítsu na manhã desta quarta-feira na Escola Municipal Angelo Zani, no bairro Mucuri, em Cariacica, na Grande Vitória, no Espírito Santo. O aluno estava ouvindo um funk no celular e o professor pediu para que ele desligasse o aparelho. Segundo o professor, o aluno retrucou e o ofendeu. O professor então agrediu o adolescente, que ficou com marcas no rosto e no pescoço. O suspeito confessou a agressão. Ele foi detido na Delegacia de Proteção a Criança e ao Adolescente (DPCA), em Jucutuquara, Vitória, pagou fiança de um salário mínimo e foi liberado.

- Eu estava ouvindo o celular e ele me pediu para desligar. Eu perguntei por que e ele disse que não gostava de funk. Em seguida, ele começou a me enforcar eu tirei a mão dele do meu pescoço e o empurrei. Mas ele voltou e me deu um soco - afirmou o garoto.

Leia mais sobre esse assunto em <http://oglobo.globo.com/pais/es-professor-de-jiu-jitsu-agride-aluno-de-13-anos-por-causa-de-funk-no-celular-2712795#ixzz2lC66nwmq>

© 1996 - 2013. Todos direitos reservados a Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Este material não pode ser publicado, transmitido por broadcast, reescrito ou redistribuído sem autorização.

Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/es-professor-de-jiu-jitsu-agride-aluno-de-13-anos-por-causa-de-funk-no-celular-2712795> acesso em 17/01/2013 às 00h04

As entrevistas foram realizadas com seis monitores do Programa Mais Educação que atuam na referida escola. A identidade dos participantes será mantida em sigilo e, portanto, utilizam-se nomes fictícios. A formação profissional dos sujeitos é variada desde Ensino Médio até formação superior em nível de pós-graduação.

Atualmente, a escolha dos agentes sociais não tem uma regra específica, sendo priorizados os que têm formação e/ou em formação, mas nem sempre essa especificidade é atendida. Muitas vezes, pela falta de opção e necessidade, o agente social que atua na escola não possui referência, experiência e formação, devido à natureza voluntária do seu trabalho.

Apresentação e Análise dos Dados

A partir das entrevistas com os educadores sociais, é possível dizer que cada sujeito reage de forma diferente a uma mesma situação de violência.

Referente à situação 1, Sophia diz que:

“Este episódio triste revela que o sistema educacional brasileiro necessita de um olhar atento, em diversos aspectos, mas principalmente no que diz respeito ao bem estar dos alunos atendidos. Frente a uma situação como esta certamente não me calaria e procuraria órgãos responsáveis pela escola para efetuar uma denúncia. Jamais seria conivente com estas circunstâncias, pois acredito que nada se constrói através da violência sendo ela física ou psíquica.”

Sophia afirma que limites e regras são necessários e que não devem ser confundidos com atos de violência, mas quando um professor utiliza palavras ofensivas e de baixo calão para rebaixar um aluno está violentando o mesmo. Acredito que atitudes agressivas e impensadas só servem para instaurar conflitos e não amenizar. As atitudes do educador e do professor devem ser racionais, pois, do contrário, fica difícil estabelecer uma relação saudável e de respeito na sala de aula.

Muitas vezes, porém, o conflito se instaura e acaba por ocasionar ocorrências graves de desrespeito e violência. Por vezes, a violência se dá pelo não reconhecimento, no outro, de indivíduo capaz de estabelecer diálogo. Outras vezes, a violência aparece para os atores como a única forma de resolver situações. Em outras ocasiões ainda o não reconhecimento das instâncias superiores (sejam elas as equipes de direção, a justiça, a polícia ou quaisquer outras) como capazes de resolver e mediar situações de conflito provoca o recurso à violência. Os alunos aparecem como atores envolvidos na enorme maioria das situações de violência que acontecem no ambiente escolar, seja como vítimas, algozes ou espectadores (ABRAMOVAY, 2009, p. 276).

Em relação à mesma situação, Juliete posiciona-se da seguinte forma:

“Acho que quem decide sobre castigar uma criança, são seus pais. Mais ninguém pode fazer isso. Essa “diretora” deve ser afastada imediatamente e responder a processo. Dependendo do castigo, essas crianças vão ter traumas para o resto da vida. Essa “diretora”

tem sérios problemas psicológicos, como em uma escola, em um ambiente de ensino uma pessoa (talvez por causa de seu cargo), se acha no direito de obrigar e castigar CRIANÇAS? Neste cargo escolar, esta pessoa deve dar exemplos de equilíbrio, respeito e educação”.

Juliete verbaliza que os pais podem castigar, mas, na mesma frase, afirma que ninguém pode fazer isso. Há um conflito no seu relato, ou será que os pais podem fazer com seus filhos o que querem?

Segundo a reportagem, a diretora utiliza da sua autoridade para práticas de maus-tratos, há uma relação de poder.

Os pequenos atos violentos do cotidiano, cometidos muitas vezes involuntariamente, passam despercebidos. Foram banalizados pela cultura da violência. Nesta perspectiva, a sociabilidade violenta pode ser caracterizada pelas estratégias utilizadas como instrumentos para a inclusão dos sujeitos na vida social, dado pelo processo de auto-afirmação. A banalização e naturalização do ato violento são características da cultura da violência. Essa cultura é alimentada pelo individualismo, consumismo e competição exacerbada. Tanto a banalização da violência como a inexistência de uma discussão mais profunda sobre seus fundamentos socioeconômicos e culturais levam a distorções e inversões de papéis, bem como à proposição de estratégias de combate à violência que atuam sobre suas consequências e não sobre suas causas (ABRAMOVAY, 2010, p. 44).

Para Rafael:

“Método de ensino arcaico, mas é um ato de desespero um pedido de socorro, a sociedade tanto o poder publico como a população deixa para professor o ato de educar sendo a principal responsabilidade a de ensinar, sim profissionais desta área é como um espelho reflete a educação que possui para o seus pupilos só que a educação e o respeito vem de berço.”

Rafael acredita que o educador é um modelo para seu aluno e que o fator educação vem de casa. Atualmente, muitas famílias vêm deixando à escola a tarefa de educar, de mostrar o que é certo e errado. A escola no seu cotidiano vem acumulando tarefas: Educa, faz encaminhamentos de saúde, de justiça e ainda precisa fazer aquilo que mais lhe cabe – ensinar.

Segundo Gadotti (2003, p.30), para ser um profissional em Educação:

[...] é necessário: “ter uma concepção de educação; ter uma formação política, ética, isto é, ter compromisso; respeitar as diferenças; ter uma formação continuada; ser tolerante diante de atitudes, posturas e conhecimentos diferentes; preparar-se para o erro e a incerteza; ter autonomia didático-pedagógica; ter domínio do saber específico que leciona; ser reflexivo e crítico; saber relacionar-se com os alunos; ter uma

formação geral, polivalente e transversal”. Enfim... fazer da profissão um projeto de vida.

Diante da mesma situação, Tarquíneo afirma:

“Se essa é a verdade real que conta a reportagem, com certeza dava voz de prisão na hora para essa diretora. Isso mostra uma falta de caráter, de respeito com a sociedade, vai contra os direitos da criança. Realmente um crime grave que deve ser respondido e punido, pois contudo não houve arrependimento.”

Segundo relato, Tarquíneo daria voz de prisão a esta diretora e relatou que tem esse poder frente à sociedade, pois ela, a seu ver, cometeu um delito e pode ser enquadrada na forma da lei.

Nenhuma criança ou adolescente será sujeito de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (ECA, 1990).⁴

Em relação à situação 2, Soledade argumenta que:

“Primeiro passo é aplicar a psicologia da educação que seria o diálogo, pedir para o aluno guardar o celular, caso o aluno não aceitasse e continuasse ouvindo música e atrapalhando o restante dos alunos recolheria o aparelho e devolveria só com a presença dos pais explicando porque o mesmo foi recolhido.”

Soledade utilizaria do bom senso para contornar a situação, e diz que jamais agiria com violência para resolver um conflito. Agressão não é a fórmula mágica para resolver uma situação destas, é notório que violência só gera violência, entretanto, muitos utilizam atitudes violentas para “educar”. Uma relação de poder que geralmente vem de cima para baixo.

Autoritarismo, machismo, preconceitos e conflitos em geral articulam-se com as condições de vida das famílias, e as questões de poder se manifestam nas relações afetivas e na sexualidade. É nesse contexto de poder que deve ser analisada e compreendida a violência de adultos contra crianças e adolescentes (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 49).

Diante da mesma situação, Sophia afirma que:

⁴ ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Ministério da Justiça, Secretaria da Cidadania e Departamento da Criança e do Adolescente. Brasília, 1990. Artigo 5º.

“Existe um grande problema em torno das áreas de ensino que compõem o currículo escolar. Muitas vezes os profissionais educadores são formados em uma determinada área do conhecimento, porém não capacitam-se para exercício docente. Atualmente há muitas discussões acerca do assunto e aos poucos nasce uma preocupação entre os formadores docentes e agentes da educação. Não basta constituir professores que tenham propriedade sobre um assunto específico, é necessário que além desta formação este tenha a aquisição de conhecimentos referentes às técnicas de ensino, bem como ter apreço pelo exercício da profissão. Uma situação como esta mostra que o professor não consegue conduzir uma situação de conflito em sala de aula e reage da pior maneira possível: com violência. Independente a circunstância que possa acontecer dentro de uma sala de aula, JAMAIS a violência resolverá o problema. Minha reação frente ao episódio, como o relatado na reportagem, seria de primeiramente um diálogo, se através deste não fosse resolvido o conflito e o aluno continuasse desrespeitando meu pedido, encaminharia o mesmo para a coordenação da escola para que esta pudesse vir a tomar as medidas cabíveis.”

Sophia foi muito clara no seu relato, evidenciando que não é possível entendimento em relação à atitude apresentada na reportagem. Há um questionamento que fica: “Como um educador pode chegar às vias de fato com o aluno?” É sabido que o que é culturalmente enraizado fica difícil de romper, mas será que este agente social vive em um contexto de violência? Não teve formação para estar atuando em uma escola? Há uma supervisão do seu trabalho? Será que está foi a primeira conduta violenta do professor com um aluno? São muitos os questionamentos que ficam. Sophia relata que é só observar atentamente na escola que se encontrarão diversas formas de violências praticadas pelos docentes como forma de disciplinamento.

A violência tem como pressuposto a representação de que a criança é alguém que somente age sob o medo, a disciplina e a intimidação, devendo aceitar intolerância do dominante. O lugar da criança, ao longo da história, foi desenhado como lugar de objeto, de incapaz, de menor valor. Esse lugar é mantido com estratégias que forçam crianças e adolescentes a serem obedientes sem discussão, a se submeter, por meio de punições que castigam qualquer desvio dessa ordem estabelecida de cima para baixo (FALEIROS e FALEIROS, 2008, p. 37).

Diante da mesma situação, Juliete avalia:

“Se eu fosse o professor neste caso, recolheria o celular do aluno e só devolveria no final da aula. Se a situação se repetisse, falaria com a direção e com os pais. Em minha opinião acho que as atitudes tomadas foram corretas, mas os alunos também devem ser alertados sobre objetos que não devem trazer para a escola. E quanto ao professor pagar a fiança e ser solto, já estamos cansados de ver esse absurdo no Brasil”.

A monitora refere que as atitudes tomadas foram corretas, mesmo um educador/adulto tendo agredido fisicamente um aluno. Isso é correto? Esta parece

ser uma atitude arbitrária. Ao longo de sua entrevista, ela demonstra uma naturalização diante das situações apresentadas, verbalizando que “é sempre assim”, sendo possível perceber em sua fala vestígios da banalização e da cultura da violência.

[...] a cultura da violência segue regras próprias e expõe os indivíduos a constantes danos físicos e morais, a violência começa a gerar expectativas, a fornecer padrões de respostas. Pressupõe que só a força resolve os conflitos emergentes no dia a dia. Assim, constrói-se a ideia de que a brutalidade é inevitável e a violência, um fenômeno necessário à nossa vida (ABRAMOVAY, 2010, p. 41).

Quando apresentado um conflito a Juliete, ela verbalizou que, se os pais não tomam atitudes, alguém deve tomar e, ao longo do seu relato, sempre trouxe que “algumas palmadas não matam ninguém” e educam. As ações que são de origem cultural e que estão estabelecidas no âmago do ser são difíceis de romper, afinal segundo sua fala “ela foi educada com rigidez e hoje é uma pessoa do bem”.

Apesar de ter sido educada com rigidez, Juliete é uma pessoa do bem, mas isso não significa que ela é o que é hoje por causa das palmadas que recebeu de seus pais. Existem outras formas de educar um indivíduo e usar da violência para este fim somente demonstra uma falta de conhecimento e preparo para educar. Há sempre outra opção, mas, muitas vezes, percebe-se que é mais fácil bater do que dialogar e entrar em conflito.

Considerações Finais

De que forma o monitor do Programa Mais Educação, que não é necessário que tenha uma formação em nível superior para atuar no âmbito escolar, atua com tamanha diversidade de atitudes, de conduta, de seres humanos, em um espaço que hoje na educação integral ainda é improvisado? Onde as idades e interesses dos educandos não são as mesmas? Se o professor, aquele com formação específica, já se vê enredado com a diversidade em sua sala de aula, qual a preparação dos agentes sociais?

Quais seriam as estratégias para trabalhar no contexto da Educação Integral na contemporaneidade? Não há, nos moldes atuais, como exigir dos monitores, que

recebem um auxílio transporte e alimentação, ações pedagógicas equivalentes ao do “turno regular”, não que este turno seja perfeito, mas há profissionais habilitados e remunerados para tal função.

Acreditamos que é necessário trabalhar na educação integral atividades para além do cognitivo, é preciso mostrar às crianças outras realidades e possibilidades para além dos seus contextos, entretanto é importante dispor de espaços adequados para atendimento, a capacitação de profissionais para lidar com a diversidade cultural e até mesmo os interesses dos educandos. É indispensável a participação de atores sociais no âmbito escolar, mas há demandas que ultrapassam o seu conhecimento. É difícil conseguir profissionais qualificados para trabalhar no Programa Mais Educação, pois o seu trabalho é voluntário, o que gera uma grande rotatividade e o valor recebido como ajuda de custo não atrai educadores formados e até mesmo os que estão em formação, podendo levar a uma desqualificação no atendimento e no trabalho.

A educação integral hoje já é uma realidade presente nas escolas brasileiras, mas será que a qualidade do trabalho desenvolvido com os alunos é a mais adequada possível? Embora haja dificuldades para selecionar e acompanhar os agentes sociais, acredito na educação de qualidade e na sua inserção no cotidiano das escolas, pois eles possuem saberes populares específicos de uma localidade.

Referências

ABRAMOVAY, Miriam (Org.) **Revelando tramas, descobrindo segredos: Violência e convivência nas escolas**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana – RITLA, Secretaria de Estado do Distrito Federal – SEEDF, 2009.

ABRAMOVAY, Miriam (Org.) **Gangues, Gênero e Juventudes: Donas de Racha e Sujeitos Cabulosos**. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos – SDH, 2010.

BARDIN, Laurence. **Análise do conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BEAUDOIN, Marie Nathalie; TAYLOR, Maureen. **Bullying e Desrespeito**: Como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula; FALEIROS, Eva Silveira. **Escola que protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Boniteza de um sonho**: ensinar-e-aprender com sentido. Novo Hamburgo, RS: Editora Feevale, 2003.

MEC, **Educação Integral**: Texto referência para o debate nacional. – Brasília: Mec, Secad, 2009.

NORONHA, Luciana Machado. **Violência à criança**: Pensando sobre e para uma ação de intervenção. Novo Hamburgo: Feevale, 2011.

XAVIER, Maria Luisa Merino (Org.) **Disciplina na escola**: enfrentamentos e reflexões. Porto Alegre: Mediação, 2002.